

<b>Assunto: Presidente do TJPE condecorado no TCE</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Cidades</b>	<b>Seção: Dia a dia</b>
<b>Página: 3</b>	<b>Data: 06/05/2015</b>

# jornal do commercio

---

## Condecorados

Será amanhã, no auditório do TCE, a entrega da Medalha Nilo Coelho. Entre os agraciados, o ex-ministro Gustavo Krause, o presidente do TJPE, Frederico Neves, e o ex-governador Eduardo Campos (in memoriam). A única mulher da lista é a procuradora Janeide Oliveira.

<b>Assunto: Rreeleição de Guilherme Uchoa</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Últimas Notícias	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 06/05/2015



■ **TIRO** - Se recorrer ao STF contra a decisão da Corte Especial do TJ-PE que reconheceu a legalidade da rreeleição de Guilherme Uchoa (PDT) à presidência da Assembleia Legislativa, a OAB-PE estará dando o último tiro. A jogada é tão arriscada que alguns membros da diretoria não seriam a favor do recurso à Suprema Corte.

<b>Assunto:</b> Falência da Impsa	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 06/05/2015



# Obras do setor elétrico ameaçadas pela Impsa

Jorge Farias/Arquivo Folha

■ **DÍVIDAS** da fabricante de turbinas hidrelétricas e eólicas chegam a R\$ 568 milhões com grandes compradores de seus equipamentos

DA REDAÇÃO  
com Agência Estado

A quebra da fabricante argentina Impsa no Brasil, empresa especializada na fabricação de turbinas hidrelétricas e eólicas, poderá comprometer o andamento de uma série de empreendimentos do setor elétrico no País, boa parte deles tocados por empresas ligadas ao Grupo Eletrobras. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), por exemplo, é um das subsidiárias do grupo que rompeu o contrato com a empresa porque ela não conseguiu entregar parte dos equipamentos para uma usina eólica, a ser instalada na Bahia. O empreendimento, que deveria estar pronto desde agosto de 2013, não tem prazo para sair do papel.



**SOMENTE** à Chesf, grupo argentino deve R\$ 165 mi de parque eólico na Bahia

## Folha resume

**A Impsa esta quebrando e, com isso, importantes empreendimentos do setor elétrico brasileiro estão ameaçados.** O maior atingido com a recuperação judicial da empresa é o grupo Eletrobras. Medidas judiciais e multas contra a empresa já estão em andamento para tentar afastar o calote.

## Saiba mais

**JUSTIÇA** - O TJPE disse que a falência da Impsa foi decretada em 30 de julho de 2014, a pedido do grupo Libra Terminal, que cobrava uma dívida de R\$ 10,6 milhões. Após acordo, porém, falência foi revogada.

Dona da Wind Power Energia (WPE), uma fábrica de equipamentos instalada em Suape, a Impsa possui hoje R\$ 568 milhões em dívidas com grandes compradores de seus equipamentos. Somente com a Chesf, a empresa deve R\$ 165 milhões. Sobre esse contrato, o diretor de engenharia da Companhia, José Ailton de Lima, explicou que ele se refere unicamente à instalação da usina eólica na Bahia, com capacidade

instalada de 180 Megawatts (MW).

A Impsa foi a única empresa que não arcou com o acordo. O contrato era de R\$ 640 milhões, que incluía a instalação de 120 aerogeradores, a infraestrutura e a montagem do parque. Do total, a Chesf garante ter pago R\$ 440 milhões ao consórcio, mas ainda falta o valor da Impsa, que será plei-

teados via Justiça. A empresa foi procurada, mas não retornou as ligações da reportagem.

Outras duas estatais do grupo Eletrobras, a Eletrosul e Furnas, têm mais R\$ 390 milhões comprometidos com os argentinos, por meio de projetos realizados em sociedade com empresas privadas, para erguer usinas eólicas no Nordeste e no Sul. O tamanho dessas dívidas, na

realidade, pode ser ainda maior, já que se trata de valores que a própria WPE informa como devidos em seu plano de recuperação judicial, mas que não necessariamente correspondem àquilo que os credores entendem como o devido acerto de contas. Medidas judiciais e multas contra a WPE já estão em andamento para tentar afastar o calote.

<b>Assunto: Crime homofóbico será julgado amanhã – 3ª Vara do Tribunal do Juri do Recife</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Cotidiano	<b>Seção:</b> Acontece
<b>Página:</b> 3	<b>Data:</b> 06/05/2015



## > CASO JOSÉ RICARDO

# Crime homofóbico será julgado amanhã

■ O júri popular do caso de José Ricardo Pereira, de 24 anos, vai acontecer amanhã, na 3ª Vara do Júri da Capital, no Fórum Thomaz de Aquino, no Recife. O rapaz foi assassinado em outubro de 2010, sendo vítima de homofobia. Os réus são Augusto César Rodrigues e Windison Flávio de Melo. O juiz será Pedro Odilon de Alencar. Sete jurados serão escolhidos momentos antes do início do julgamento, que está marcado para as 9h. A expectativa do assistente de acusação Luis Emmanuel é de que o júri dure apenas um dia, com término próximo das 22h. “Saber que as pessoas que tiraram a vida do meu filho podem ser condenadas, vai ser o melhor presente que posso ganhar no dia das mães”, disse a mãe de José Ricardo, Eleonora Pereira.

<b>Assunto: Ato contra plano para o Estelita dura 5h e acaba em shopping do Recife</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 06/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## Ato contra plano para o Estelita dura 5h e acaba em shopping do Recife

*Manifestantes fizeram passeata por ruas do Recife nesta terça-feira (5). Protesto criticou sanção de lei para área de cais, alvo de projeto imobiliário.*



Manifestantes do Movimento Ocupe Estelita passaram pela Avenida Conde da Boa Vista, no Centro (Foto: Fernando da Hora/JC/Estadão Conteúdo)

Manifestantes contrários à aprovação do Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga fizeram um protesto de aproximadamente cinco horas pelas ruas do Recife nesta terça-feira (5). Eles saíram da frente da Câmara de Vereadores pouco antes das 17h, passaram por diversas vias do Centro da capital e chegaram a entrar no Shopping RioMar (Zona Sul) antes de se dispersarem, por volta das 22h. O ato reuniu 1.000 pessoas, segundo os organizadores, e 500, conforme a Polícia Militar.

A área contemplada no documento fica no centro histórico da capital e é alvo de polêmica em função do projeto Novo Recife, que prevê a construção de 13 prédios residenciais e comerciais, com altura variando de 12 a 38 andares, no Cais José Estelita. O ato foi convocado pelo Direitos Urbanos e Movimento Ocupe Estelita, dois dos grupos contrários ao projeto imobiliário no Estelita.

A concentração do movimento aconteceu em frente à Câmara dos Vereadores, onde os portões foram fechados, revoltando alguns dos presentes. "Essa casa é pública, nós

podemos e devemos ocupá-la", disse a professora Elaine Souza. A PM informou que fechou os portões por estar perto do fim do expediente, por volta das 17h30.

Em seguida, a passeata seguiu pela Rua do Hospício, Avenida Conde da Boa Vista, Ponte Duarte Coelho, Avenida Guararapes, Avenida Dantas Barreto, Nossa Senhora do Carmo, Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Pina. Acompanhados de um carro de som, manifestantes gritavam palavras de ordem contra o prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB), vereadores e construtoras da cidade.

O movimento confeccionou cartazes com a hashtag #foraGeraldoJulio, exibidos durante a passeata. "Os atropelos diante desse processo são enormes, e as atitudes são sempre antidemocráticas e autoritárias. Estamos mostrando que continuamos militando por essa área. Estamos felizes com o ato, que contou com apoio da população por onde passamos", disse a advogada Luana Varejão, membro do Ocupe Estelita.



Passeata parou em frente às torres gêmeas do Cais de Santa Rita e vaiou os prédios em referência à especulação imobiliária na cidade (Foto: Vitor Tavares/G1)

A passeata parou em frente às torres gêmeas do Cais de Santa Rita e vaiou os prédios em referência à especulação imobiliária na cidade. O estudante Erick Andrade aderiu ao movimento há pouco tempo, por defender um novo uso para a área em frente à Bacia do Pina, no Estelita. "O nosso governo corrupto levou a essa situação. Aquela área não pode ser pra poucos, mas algo público, como parques, escolas, centro de lazer", afirmou enquanto segurava um cartaz contra o prefeito do Recife.

Ao chegarem ao Estelita, o Batalhão de Choque da Polícia Militar já estava posicionado em frente à entrada do cais. Em assembleia, os manifestantes decidiram seguir para o Pina, na Zona Sul do Recife, e acabaram entrando no RioMar. Dentro do shopping, exibiram faixas contra o projeto e dançaram uma ciranda. Algumas lojas decidiram

fechar as portas. "Escolhemos o RioMar porque o shopping representa uma exclusão social e defendemos a cidade para todos", afirmou Leon Sampaio, membro do movimento Ocupe Estelita. "Isso é democracia, não registramos nenhum problema. Depois de eles saírem, as lojas vão reabrindo normalmente. A PM está acompanhando", disse Tenório Maranhão, chefe de segurança do RioMar.



Ato reuniu 1.000 pessoas, segundo os organizadores, e 500, conforme a Polícia Militar (Foto: Vitor Tavares/G1)

O Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga foi aprovado pelos vereadores na segunda (4) em sessão extraordinária. O prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB), estava em viagem a São Paulo e sancionou o projeto no mesmo dia. O documento foi publicado no Diário Oficial do Município desta terça (5). O trâmite para avaliação do projeto foi questionado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que ajuizou ação pedindo a devolução do plano para a prefeitura. A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) informou que a ação foi distribuída nesta terça e será apreciada pelo juiz Paulo Onofre de Araújo, da 6ª Vara da Fazenda Pública. Os manifestantes estão marcando um ato para a próxima quinta (7), na Praça do Derby, Centro da capital, com concentração às 16h.

### **Entenda o caso**

O projeto imobiliário Novo Recife, na área do Cais José Estelita, é alvo de polêmica desde que veio a público, em 2012. Ele prevê a construção de torres empresariais e residenciais. Em 2012, quando esse projeto ganhou corpo e veio a público, ativistas recifenses promoveram a primeira edição do Ocupe Estelita, inspirados pelo movimento "Occupy Wall Street". A ideia era realizar atividades culturais na área do Cais, para que a população conhecesse esse terreno tão estrategicamente localizado, mas abandonado há muito tempo. Desde então, o local foi palco de shows, aulas públicas e atividades de lazer, além de diversas manifestações e conflitos.





Parte dos manifestantes mostrou cartazes com a foto do prefeito e a hashtag #ForaGeraldo (Foto: Vitor Tavares/G1)

Cinco ações tramitam questionando o projeto imobiliário Novo Recife: uma ação civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do então Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que aprovou a proposta imobiliária, no fim de 2012.

O Novo Recife afirma que o projeto foi muito estudado, respeita os parâmetros legais do estado, do município, e cumpre a lei. Durante o processo de negociação iniciado no primeiro semestre de 2014, o grupo de construtoras disse estar de acordo em fazer um redesenho do projeto. Segundo eles, o desenho da obra imobiliária prevista para o Cais foi concebido a partir de informações coletadas desde 1970 e foi elaborado por três arquitetos.



Ato foi convocado pelo Direitos Urbanos e Movimento Ocupe Estelita, dois dos grupos contrários ao projeto imobiliário no Estelita (Foto: Vitor Tavares/G1)

Depois de uma tentativa de demolição dos armazéns existentes no terreno, em maio do mesmo ano, que teve seu alvará posteriormente suspenso pela Justiça, o debate sobre o tema voltou a se intensificar. No começo do segundo semestre do ano passado, a Prefeitura do Recife abriu um prazo para receber sugestões para as diretrizes que guariam o redesenho do projeto imobiliário. As alterações foram apresentadas pelo consórcio construtor em

novembro. De posse de toda essa documentação, a PCR elaborou o projeto de lei, após ser aprovado no Conselho da Cidade, agora aprovado pela Câmara Municipal.

Em março de 2015, a área operacional do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas foi incluída na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro. A decisão foi do Iphan. O pátio ferroviário fica no terreno do Cais José Estelita, vizinho ao local previsto para o projeto Novo Recife. Também em março, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita e Direitos Urbanos entregaram uma petição para tombamento do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas e do Cais José Estelita ao Iphan. O documento foi recebido pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, e será analisado.

<b>Assunto: Dois homens são presos com pedras de crack em Camaragibe - Justiça Criminal da Comarca de Paudalho</b>	
<b>Veículo:</b> G1 Pernambuco	<b>Data:</b> 06/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **Dois homens são presos com pedras de crack em Camaragibe**

*Segundo polícia, eles moravam na mesma rua, mas dizem não se conhecer. Suspeitos venderiam droga a traficantes da Região Metropolitana do Recife.*

Dois homens foram presos com mais de três quilos de crack em duas casas distintas de uma mesma rua de Camaragibe, no Grande Recife, na tarde de segunda-feira (4). Segundo a Polícia Civil, que apresentou os detalhes da prisão nesta terça (5), os dois suspeitos venderiam a droga a traficantes do Grande Recife. Mas, em depoimento, afirmaram não se conhecer.

Os suspeitos moravam em casas separadas por apenas 300 metros na Rua 21, no bairro de Guadaluja. Eles foram presos após uma semana de investigação dos policiais do Departamento de Repressão ao Narcotráfico (Dnarc). “Soubemos que esses homens estavam guardando drogas dentro de casa para repassar a traficantes da Região Metropolitana do Recife (RMR). Investigamos e aguardamos o melhor momento de agir”, contou o delegado João Leonardo, do Dnarc, afirmando que a comunidade já estava incomodada com a “rotatividade de traficantes na cidade”.

Ainda segundo João Leonardo, os dois suspeitos escondiam o entorpecente dentro do guarda-roupa. Um deles mantinha 2,120 kg de crack, além de ácido bórico e uma balança. Já o outro guardava 1,020 kg de crack. Ambos foram presos em flagrante e prestaram depoimento na sede do Dnarc, na área central do Recife. Depois, foram encaminhados ao Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima. Com 19 e 34 anos, eles estão à disposição da Justiça Criminal da Comarca de Paudalho e podem ser autuados por tráfico de entorpecentes.

Em depoimento, os suspeitos afirmaram que não se conheciam. Mas a polícia desconfia da proximidade dos pontos de depósito do crack e continua investigando o tráfico local. “Soa estranho duas pessoas serem presas em casas tão próximas e falarem que não se conhecem. A gente continua investigando, buscando alguma prova que ligue um suspeito ao outro. A gente também acredita que há uma organização criminosa por trás disso e traz para Paudalho as drogas das fronteiras do Brasil”, afirma o delegado do Dnarc. Segundo ele, entorpecente desse tipo são provenientes da Colômbia, Bolívia ou Paraguai.

A Polícia Civil ainda afirma que, depois de armazenadas em Paudalho, as pedras de crack eram distribuídas a pequenos traficantes de toda a Região Metropolitana do

Recife. Esse repasse normalmente era realizado em encontros previamente marcados nas margens das rodovias que federais que cortam Paudalho.

<b>Assunto: Olindense procurado pela PF desde 1991 é preso pela Interpol nos EUA</b>	
<b>Veículo: G1 Pernambuco</b>	<b>Data: 06/05/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



PERNAMBUCO



## Olindense procurado pela PF desde 1991 é preso pela Interpol nos EUA

*Foragido estava morando nos Texas e já chegou a Pernambuco. Ele é acusado de jogar menino de 13 anos em rio do Recife. Menor morreu.*



Preso nos Texas, homem foi deportado e escoltado pela polícia americana até São Paulo. Nesta terça, foi recepcionado por policiais federais pernambucanos e levado para o Recife (Foto: Divulgação / PF)

Um olindense procurado desde 1991 pela Polícia Federal de Pernambuco foi encontrado nos Estados Unidos e deportado para o Brasil nesta semana. Depois de ser preso pela Interpol, ele chegou ao Recife nesta terça-feira (5) e foi levado para o Centro de Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima, para cumprir o mandado de prisão preventiva expedido há 24 anos. Segundo a PF, o homem é acusado de arremessar um menino de 13 anos no Rio Capibaribe - a criança morreu.

O crime aconteceu em 29 de maio de maio de 1990 na Ponte da Imperatriz, no bairro da Boa Vista, área central do Recife. O menino não conseguiu sair da água e morreu afogado. Segundo a Polícia Federal, o inquérito expedido pela polícia na época afirma que o homem partiu para cima da criança de forma repentina. O menor estaria cheirando cola, o acusado viu, tirou o tubo de suas mãos e o jogou no rio.

Testemunhas teriam confirmado a história. Por isso, em outubro do ano seguinte, a polícia decretou a prisão preventiva do acusado. Como ele estava foragido, o processo correu à revelia e a PF colocou seu nome no sistema vermelho da Interpol. O homem só foi encontrado recentemente no Texas, nos Estados Unidos. Aos 53 anos, ele estava trabalhando, casado e com dois filhos. No entanto, ainda não tinha a naturalização americana. Por isso, pode ser deportado.

Depois de preso pela Interpol, foi conduzido para o Brasil por oficiais da Polícia de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos. Eles saíram dos Texas na noite de segunda e chegaram ao Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, na manhã de terça. Policiais federais pernambucanos o receberam no terminal e logo depois se dirigiram para o Recife. Ao chegar na capital pernambucana, o homem fez exame de corpo e delito no Instituto Médico Legal (IML) e seguiu para o Cotel. Ele está à disposição do Tribunal do Júri de Pernambuco

Segundo a Polícia Federal, o preso falou informalmente que não havia fugido do Brasil, já que, quando se mudou para os Estados Unidos, ainda não havia sido expedido um mandado de prisão contra ele. O acusado ainda se disse inocente. A PF também contou que o homem é halterofilista, tendo inclusive conquistado o título de campeão da sua categoria no ano do incidente com o menino no Capibaribe.

**Assunto: Protesto contra sanção de plano urbanístico – Ação Civil Pública protocolada no TPJE**

**Veículo: G1 Pernambuco**

**Data: 06/05/2015**

**Editoria:**

**Seção:**



## **Protesto contra sanção de plano urbanístico termina com ocupação de shopping no Pina**

*Manifestantes caminharam pelas vias do Centro e seguiram para o shopping RioMar*



Ocupe Estelita e Direitos Urbanos ocuparam shopping após Batalhão de Choque estacionar no Cais José Estelita

Com o terreno do Cais José Estelita ocupado pelo Batalhão de Choque, os manifestantes do movimento Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos ocuparam o salão de eventos do Shopping RioMar, no bairro do Pina, Zona Sul do Recife, na noite desta terça-feira (05). O grupo de cerca de 250 pessoas estendeu faixas do movimento e atraiu a atenção dos consumidores do mall. O centro comercial considerou o ato pacífico e não houve conflito, com o ato dispersando por volta das 21h30. Policiais e viaturas do Grupo de Apoio Tático Itinerante (Gati) estiveram no local.

O ato começou por volta das 16h, na praça do Quartel General – em frente à Câmara dos Vereadores –, chegando a fechar e depois liberar a avenida Cruz Cabugá, no sentido Olinda, e a rua do Riachuelo. Na Câmara, também estiveram professores da rede municipal de ensino do Recife, que realizaram um ato em reivindicação trabalhista. Agentes da PM e da Guarda Municipal fecharam a entrada da Casa por determinação do presidente da Câmara, vereador Vicente André Gomes (PSB), e houve um princípio de tumulto. O argumento é que o expediente da casa legislativa teria acabado.

Por volta das 17h30, os manifestantes começaram uma caminhada até o Cais José Estelita, passando pela avenida Conde da Boa Vista e Dantas Barreto, em protesto contra a aprovação e sanção do Projeto de Lei 08/2015. Ao chegar ao Cais José Estelita, os manifestantes realizaram uma assembleia e resolveram seguir para o bairro do Pina. Batedores da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU) acompanharam a manifestação. O trânsito no Centro do Recife ficou bastante complicado, com grande retenção nas vias atingidas pelo protesto ao longo da noite.

Os manifestantes do Ocupe Estelita pedem o cumprimento da recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e o estabelecimento de uma mesa de negociação entre o movimento Ocupe, a Câmara, o MPPE e a Prefeitura para a anulação da votação e sanção do projeto de lei. O plano foi aprovado na Câmara nesta segunda-feira (04) e o prefeito da Capital, Geraldo Julio (PSB), sancionou diretamente de São Paulo na noite do mesmo dia.

O MPPE havia encaminhado à presidência da Câmara um ofício informando sobre ação civil pública que pede a devolução do projeto para a Prefeitura do Recife. **A ação foi ajuizada no Tribunal de Justiça** na última quinta-feira (30), mas não teve posicionamento da presidência da Casa de José Mariano.

Arthur de Souza/Folha de Pernambuco



Trânsito ficou complicado na volta para casa nesta terça

## Plano urbanístico e Novo Recife

O Projeto de Lei 08/2015, que contempla o Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga, delimita os parâmetros para uso e ocupação da região, a exemplo das dimensões das vias, altura das edificações e fatores de mobilidade: como transporte público e ciclovias. De acordo com a Secretaria de Planejamento Urbano do Recife, o espaço foi dividido em dez zonas, a serem contempladas com

espaços de lazer, biblioteca pública e, ainda, a construção de moradias populares no entorno. O conteúdo, distribuído em 26 artigos, assegura a implantação de um sistema de zonas de convivência, incluindo parques conectados à malha urbana preexistente, com a garantia do acesso e uso público da frente d'água integrados à Bacia do Pina.

O projeto imobiliário Novo Recife compreende um terreno de 10 hectares que deve comportar a construção de 13 torres, variando entre 12 e 38 andares. Formam o consórcio as empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão – esta última envolvida no âmbito da Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobras.

Arthur de Souza/Folha de Pernambuco



Ato chegou à Conde da Boa Vista por volta das 17h45

A Prefeitura se manifestou por meio de nota defendendo a aprovação da lei ao dizer que, com a sanção, o Recife “dispõe de uma legislação que aplica importantes princípios de qualidade urbana e ambiental”. Para a administração municipal, a aprovação “encerra um processo de amplo debate com os diferentes segmentos da sociedade”.

Também por meio de nota, o Consórcio Novo Recife informou que dará início ao processo de desenvolvimento dos projetos de engenharia e arquitetura para apresentação formal à Prefeitura.



<b>Assunto: No TJPE, OAB diz que declarações sobre amigos de Uchoa foram descontextualizadas. Placar final deu 14 a 0 em favor de Uchoa</b>	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 06/05/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## **No TJPE, OAB diz que declarações sobre amigos de Uchoa foram descontextualizadas. Placar final deu 14 a 0 em favor de Uchoa**

Custa acreditar, mas fontes do judiciário revelam que a OAB tentou colocar a culpa na imprensa. As declarações do presidente da OAB Pedro Henrique na imprensa, referente as afirmações de que o deputado Guilherme Uchoa queria ser julgado pelos amigos, foram lidas em plenário pelo desembargador André Guimarães.

Pedro Henrique negou. Disse que tudo foi futrica da imprensa. Tudo distorcido. Ficou feio demais para a OAB. No final, o agravo regimental foi negado por 14x0.

Durante o julgamento na Corte Especial do TJPE, o secretário geral adjunto da OAB-PE, Fernando Ribeiro Lins, fez a sustentação oral, ressaltando os fundamentos que alicerçam o recurso protocolado pela Seccional pernambucana da OAB, no Tribunal. Na ocasião das discussões, três desembargadores integrantes da Corte Especial, manifestaram desconforto e contrariedade com o aparente excesso de linguagem do presidente da OAB-PE, Pedro Henrique, na imprensa, que teria sugerido a parcialidade de integrantes do Tribunal na apreciação daquela causa.

Após tais manifestações, solicitando uma questão de ordem, o presidente Pedro Henrique ocupou a Tribuna para esclarecer que a afirmação noticiada na citada matéria jornalística fora descontextualizada. De acordo com a OAB, foi a ocasião em que renovou seu respeito e sua confiança na integridade e imparcialidade dos membros daquela Corte. “Se há algo de pessoal que se possa afirmar que nos move nesta ação é o grande respeito que eu e os demais integrantes da OAB-PE nutrimos por esta Corte e a nossa confiança na imparcialidade de suas decisões, inclusive no presente caso”, disse.

A matéria foi relatada pelo próprio presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, que manteve o entendimento da recisão recorrida, sendo acompanhado pela unanimidade da Corte, exceto de um de seus integrantes que se julgou suspeito para decidir por ser pai de um dos membros do Conselho Seccional da OAB-PE.

Agora, o departamento jurídico da OAB-PE irá aguardar a publicação do julgamento para analisar o cabimento de recurso legal.

### **Entenda a polêmica**

A ação civil pública da OAB-PE, visando impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, foi dada entrada em fevereiro último, na 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual.

No dia 14 de abril, o juiz da 2ª Vara, Évio Marques da Silva, se averbou suspeito para julgar a ação promovida pela OAB-PE e, por isto, o processo foi encaminhado para a

juíza Mariza Borges, que no dia 16 de abril, determinou o afastamento imediato dos parlamentares.

O recurso protocolado pela OAB-PE no dia 27 de abril, no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), pedindo a intervenção da Corte Especial para revisar a decisão do presidente da Casa, desembargador Frederico Neves, que suspendeu medida liminar assinada pela juíza Mariza Borges, foi indeferido.

Atendendo pleito da OAB-PE, a magistrada, titular da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, deliberou no dia 16 de abril, o afastamento dos deputados Guilherme Uchoa e Eriberto Medeiros, dos cargos, respectivamente, de presidente e 4º secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). No dia 20 de abril, o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, suspendeu os efeitos da liminar da magistrada, o que levou a OAB-PE a entrar com recurso junto à Corte Especial do Tribunal.

O presidente Pedro Henrique diz que a ação proposta pela instituição visa defender a Constituição do Estado, uma das missões primordiais da OAB, para que seja respeitado o princípio da alternância do poder. “Agimos de acordo com o interesse público”, disse.